

Processados são 2ª maior bancada

Há 22 senadores que enfrentam problemas judiciais, número inferior apenas ao total de parlamentares do PMDB

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – De todos os senadores que enfrentam problemas judiciais, quem mais pode lucrar com a falta de ânimo dos colegas em continuar fatiando a própria carne é o paraense Luiz Otávio (sem partido). Ele é acusado de ter desviado cerca US\$ 13 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1992. O dinheiro serviria para construir balsas, mas as embarcações nunca saíram do papel.

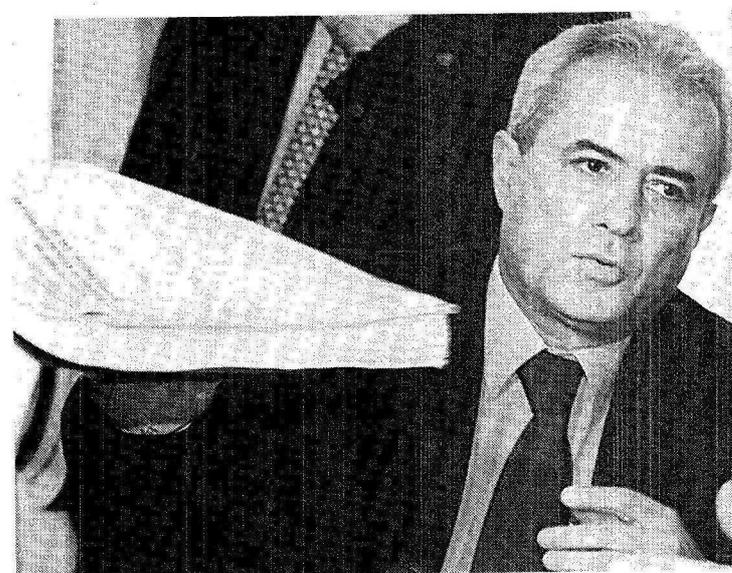
Luiz Otávio foi denunciado pelo Ministério Público Federal em 1997. “Restou provado que, apesar da liberação do financiamento, nenhuma balsa foi construída”, afirma denúncia assinada pelo procurador da República Felício Pontes Júnior. Parte do dinheiro caiu nas contas da Ebal, estaleiro dos irmãos André e Paulo Gueiros, filhos do ex-governador paraense Hélio Gueiros (1987-1991).

Militar da reserva, Luiz Otávio é um dos 22 senadores sob investigação criminal no Supremo Tribunal Federal (STF). Depois do PMDB, com 24 parlamentares, os processados formam a segunda maior “bancada” na Casa. Eles respondem a 20 inquéritos ou procedimentos em andamento no Supremo. Quase 90% dos casos envolvem, entretanto, acusações de crimes leves, como propaganda eleitoral ilegal e calúnia. O líder dos acusados, com nove inquéritos abertos, é Roberto Requião (PMDB-PR).

Recordistas – Além de Roberto Requião (PR), os senadores com mais inquéritos são: Carlos Bezerra (MT), com quatro inquéritos sobre crime eleitoral; Iris Rezende (GO), com três inquéritos sobre corrupção, crime eleitoral e desacato; o pró-



Roberto Requião é o recordista, com nove inquéritos abertos



Carlos Wilson é acusado de usar pesquisa eleitoral inverídica

prio Jader, também com três inquéritos – envolvendo o desvio no Banpará, a venda ilegal de títulos da Dívida Agrária e fraudes na extinta Sudam.

O Senado tem contribuído para a impunidade de seus representantes. Há dois anos, por exemplo, a maioria dos senadores negou pedido de licença pré-

via encaminhada pelo STF para a abertura de processo criminal contra Ronaldo Cunha Lima (Sem partido-PB). Ele foi o autor de um disparo de revólver no rosto do ex-governador Tarcísio Burity (PFL) em um restaurante. A vítima criticara a gestão do filho do senador, Cássio Cunha Lima, na extinta Superintendên-



Iris Rezende tem três processos, um deles por corrupção



Lindberg Cury: suplente de Arruda já chegou com problemas

cia do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em geral, o Senado rejeita os pedidos de licença encaminhado pelo STF para processar os senadores. Foi o que beneficiou Carlos Bezerra (MS), que responde a quatro inquéritos por crime eleitoral.

Isso também deve acontecer em relação ao tucano Antero

Paes de Barros (MT), que responde a três inquéritos. Dois são relativos a acusações de calúnia. O terceiro foi originado pelo Ministério Público Federal, mas não há acusação específica no site do STF. O Senado negou também pedido de licença do senador do Distrito Federal Lauro Campos, ex-PT e hoje no

Fotos arquivo

PDT. Ele era acusado de crime eleitoral.

O benefício já foi aprovado em relação ao líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), alvo de dois processos de difamação movidos pelo ex-governador Mário Covas, morto no início deste ano, e um de seus filhos, Mário Covas Neto, o Zuzinha.

Outro líder enrolado é o do governo no Senado, Romero Jucá (RR). Ele responde a processo sob a acusação de ter promovido escuta telefônica, de informática e telemática. No Tribunal de Contas da União, é acusado de ter desviado recursos da extinta LBA.

Além deles, a lista da bancada dos processados compreende ainda os seguintes senadores: Ademir Andrade (PSB-PA), acusado por uma ex-presidente do Tribunal de Contas do Amapá Margarete Salomão; Álvaro Dias (PSDB-PR), dois processos eleitorais; Amir Lando (PMDB-RO), um processo criminal; Eduardo Suplicy (PT-SP), duas acusações de calúnia; Gerson Camata (PMDB-ES), dois processos de calúnia; o novato Lindberg Cury (PFL-DF), que assumiu a vaga do ex-senador José Roberto Arruda, é citado em ação criminal; Pedro Simon (PMDB-RS) é mencionado em uma petição de esclarecimentos; Valmir Amaral (PMDB-DF), um processo sobre crime contra administração pública; Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG), por questões eleitorais; e Carlos Wilson (PPS-PE), por uso de pesquisa eleitoral inverídica.